

# **A Política Externa Turca: Entre o AKP e os Militares<sup>1</sup>**

Ricardo Leães

Mestrando em Ciência Política/UFRGS

ricardofleaes@gmail.com

## **Resumo:**

A eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), em 2002, implicou significativas transformações para a política externa turca. De tradicional aliada dos Estados Unidos, Ancara passou a lançar mão de uma estratégia mais assertiva e pragmática, sobretudo no que diz respeito ao seu entorno geográfico. Neste trabalho, adotou-se a hipótese de que a raiz dessas mudanças encontra-se na evolução das relações entre civis e militares na política turca. Com efeito, ao longo do século XX, as Forças Armadas do país se portaram como o fiel da balança da secularidade do Estado, a qual estaria ameaçada pela presença de vizinhos hostis e de grupos separatistas curdos. Nessas circunstâncias, fazia-se imperativa a manutenção de laços estreitos com os Estados Unidos e Israel, a fim de assegurar a estabilidade da República. No entanto, no final dos anos 1990, com a desmobilização do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e a ascensão de políticos vinculados a partidos islâmicos, a sensação de perigo dissipou-se, abrindo espaço para que a Turquia se aproximasse de seus vizinhos. O problema da pesquisa, logo, trata da correlação de forças entre civis e militares nesse país, e do impacto que esta tem para sua política externa.

## **Palavras-chave:**

AKP, Forças Armadas, Relações Civis-Militares

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

## 1. Introdução

A Turquia entrou em um novo período de sua história, em termos de política externa, a partir da ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) em 2002. Essas mudanças configuram um tema muito frequente na literatura sobre o assunto, e sua existência é consensual entre os estudiosos de política externa turca. De maneira geral, pode-se dizer que a Turquia abdicou de sua longa tradição de alinhamento ocidental - iniciada nos primeiros meses da Guerra Fria - em favor de uma posição mais independente e assertiva. Nessas circunstâncias, o governo turco tratou de adotar uma posição mais pragmática em relação aos Estados Unidos e à União Europeia, ainda que nunca tenha demonstrado qualquer intenção de entrar em conflito com norte-americanos e europeus. Por outro lado, o AKP promoveu uma política regional muito mais ativa, com o intuito de aproximar a Turquia de seus vizinhos, de forma a aumentar sua influência sobre eles.

Embora não haja discordâncias a respeito da ocorrência de transformações na estratégia internacional turca, não há uma posição clara entre os especialistas sobre quais foram as razões que as viabilizaram. Em geral, os autores ressaltam alterações de três ordens (política, econômica e sistêmica), normalmente evitando atribuir uma gradação de importância entre elas. Assim, salienta-se, em primeiro lugar, que o final da Guerra Fria e o relativo declínio dos Estados Unidos no início do século XXI permitiram à Turquia adotar uma diplomacia menos alinhada, sobretudo no Oriente Médio, em função do surgimento de um mundo mais multipolar. Ademais, frisa-se, também, que Ancara tem dado maior relevância aos assuntos regionais porque sua economia (calcada na exportação de produtos manufaturados e carente em recursos energéticos) é complementar à dos Estados ao seu redor (ricos em petróleo e gás, mas dependentes da importação de manufaturados), salvo poucas exceções. Por fim, acentua-se que houve uma significativa mudança na correlação de forças na política do país, com a escalada dos setores islâmicos e a decadência das Forças Armadas, que sempre apregoaram relações estreitas com o Ocidente.

Neste artigo, partimos do pressuposto de que a política externa turca sob o governo do AKP mostrou-se bastante distinta em comparação com os governos anteriores por causa da emergência de um novo padrão de relações civis-militares, no qual os grupos religiosos muçulmanos vêm ganhando espaço em detrimento dos militares, que sempre tiveram grande prestígio perante a população turca, o que lhes

permitiu exercer um papel expressivo na política nacional. Assinala-se, todavia, que, ao eleger a questão política como a principal variável para explicar os câmbios da política externa, não se está negando a veracidade das variáveis sistêmica e econômica, que tiveram grande contribuição nesse processo. Entende-se, contudo, que esses aspectos foram complementares e intervenientes, ao passo que a política assumiu uma dimensão protagônica, assentando as bases para as mudanças que aconteceram.

Para levar a cabo essa empreitada, o artigo se inicia com uma digressão histórica, a qual aborda o surgimento da República da Turquia (1923) e dá destaque à função das Forças Armadas na formulação da política externa turca. Ainda nesse item, procura-se mostrar como os militares conseguiram institucionalizar seu poder, garantindo uma posição de prestígio, na medida em que amplos setores da elite do país viam o Exército como o último bastião da República secular contra os alegados perigos do comunismo, do islamismo radical e do terrorismo curdo. Na sequência, vê-se que, na virada do século, os três perigos que rodeavam a sociedade turca se dissiparam parcial ou totalmente, abrindo espaços para questionamentos sobre quais seriam as atribuições precípuas das Forças Armadas. Assim, em linha com as determinações da União Europeia, o governo encetou uma série de reformas para limitar a influência dos militares na política. Finalmente, analisa-se o fenômeno do AKP como "rival" do Exército e promotor de uma nova estratégia internacional.

## **2. República da Turquia: Surgimento, Forças Armadas e Política Externa**

A história moderna da Turquia iniciou-se após a I Guerra Mundial, com a dissolução do Império Turco-Otomano e o surgimento da República da Turquia. Esse evento não se deu de maneira simples, na medida em que os turcos perderam a maioria das batalhas e tiveram que enfrentar uma forte pressão de gregos, italianos, franceses e britânicos pelo controle de partes de seu território. De fato, em 1920, o Sultão Mehmet VI ratificou o Tratado de Sèvres, que punha fim ao Império e concordava com uma sensível diminuição territorial. No entanto, os setores nacionalistas e boa parte das Forças Armadas consideraram o acordo um ultraje à soberania do país e se recusaram a ratificá-lo. Na sequência, comandado pelo general Mustafá Kemal, o Exército turco derrotou e expulsou as forças estrangeiras do país, o que viabilizou o Tratado de Lausanne, em bases muito mais benéficas para a Turquia (Kinross, 2001, p. 377-380).

O general Mustafá Kemal (posteriormente chamado de Atatürk, o pai dos turcos), em virtude de seu protagonismo na Guerra de Independência, assumiu o poder da nascente república. Ciente do atraso de seu país frente às potências europeias, Atatürk propugnava uma modernização conservadora, a qual se fundava em uma profunda ocidentalização. Esta implicou o abandono de inúmeras tradições islâmicas, através da substituição de alfabeto, vestuário e legislação, de forma a colocar a Turquia em consonância com os Estados europeus. Em política externa, Ancara se valeu de uma postura discreta, tratando de evitar conflitos internacionais. Essa estratégia se ancorava no receio de que um confronto pusesse em risco a integridade do país, o que se mostrava justificado pelo passado recente. Esse ponto merece destaque porque esse temor se manteve no imaginário das Forças Armadas, que, desde cedo, se comportaram como a instituição responsável pela estabilidade interna e externa do país (Hiro, 2009, p. 73 e 74).

O período em que Atatürk comandou a Turquia foi determinante para a formação do ideário militar, ainda que a legitimidade de Mustafá Kemal se concentrasse muito mais em sua personalidade e carisma do que no peso da instituição militar. De qualquer maneira, as posições do governo em defesa da secularização, da ocidentalização e de uma modernização conservadora tanto em termos econômicos quanto sociais acabaram sendo plenamente incorporadas pelas Forças Armadas, constituindo o kemalismo. Com o decorrer dos anos, este acabou por sofrer algumas transformações, mas suas pedras angulares sempre se mantiveram incólumes. No que diz respeito à política externa, observa-se a associação entre o kemalismo e a defesa do bloco ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos e seus aliados europeus. Além disso, após a consolidação da União Europeia, os kemalistas foram os principais entusiastas do ingresso turco nesse grupo.

Muito embora o governo de Atatürk já tenha dado uma amostra importante do que se tornaria a base do *esprit de corps* dos militares (kemalismo), é somente a partir da Guerra Fria que as Forças Armadas tomam corpo institucionalmente e deixam mais clara sua visão para a política externa turca. Na verdade, após 1945, a Turquia passou por um processo de democratização, com a queda do general Ismet İnönü (que sucedeu Atatürk em 1938, após seu falecimento) e o aparecimento de novos partidos políticos - afinal, até então, só o kemalista CHP não estava proscrito - em eleições livres. Concomitantemente, Ancara abraçou o lado ocidental e capitalista, alinhando-se aos desígnios norte-americanos. Em boa medida, essa decisão se legitimava em função das

pressões que o governo soviético fazia para utilizar o território turco como base militar, o que era visto com grande apreensão na Turquia, sobretudo porque inúmeras disputas já haviam sido travadas com os russos em décadas anteriores (Dicle, 2008, p. 12 e 13).

Na década de 1950, a Turquia esteve sob comando do Partido Democrata (DP), o qual era chefiado por Adnan Menderes. O DP fazia oposição ao kemalista CHP, advogando um Estado mais tolerante em termos religiosos. De fato, enquanto Menderes foi o primeiro-ministro, assistiu-se a um ressurgimento de instituições e manifestações religiosas na Turquia, as quais estavam terminantemente proibidas nos governos de Atatürk e İnönü, sob a alegação da defesa da laicidade e da secularidade do Estado. Apesar dessa justificativa, não parece correto afirmar que o kemalismo representasse um movimento de separação entre Estado e Igreja, mas sim uma tentativa de impor uma cultura não religiosa na população. Embora algumas mudanças tenham sido bem aceitas pela maioria dos turcos, muitos discordavam da perspectiva de que a modernização se opunha à religiosidade: não haveria contradição em ser muçulmano praticante e perseguir um progresso econômico em moldes capitalistas. Essa visão estava arraigada entre as lideranças do DP, que venceu três eleições parlamentares em sequência (1950, 1954, 1957), o que ensejou o reflorescimento do Islã enquanto elemento fundamental da sociedade turca, para desgosto dos militares (Ozden & Yilmaz, 2010, p. 200 e 201).

A popularidade do DP se dava em função da conjuntura econômica, que lhe foi muito favorável até a segunda metade da década. Contudo, no final dos anos 1950, os prenúncios de uma crise econômica - evidenciada pela escalada da inflação e diminuição do crescimento - começaram a minar a popularidade do governo, que passou a perseguir seus opositores e a cercear a liberdade de imprensa. Essas medidas eram possíveis devido à grande concentração de poder na política do país, uma vez que o Parlamento - onde o DP tinha maioria - governava praticamente sem limites. Nessas circunstâncias, tornaram-se cada vez mais frequentes as manifestações populares de repúdio às práticas da administração Menderes, que respondia de maneira agressiva às reivindicações dos turcos. Assim, em abril de 1960, na sequência de uma série de protestos, o governo chamou os militares para repreender seus opositores. Estes, todavia, não só se recusaram a fazê-lo, mas depuseram o governo, sob a alegação de que este violara os preceitos democráticos (Lombardi, 1991, p. 204).

Tão logo assumiram o controle do país, as Forças Armadas prometeram retomar a ordem nacional e devolver o poder aos civis, com a realização de eleições livres. Para tanto, a junta que passou a compor o governo promulgou uma nova Constituição, em

1961, a qual se destacava pelo compromisso com a defesa das liberdades civis, como a ampliação do direito de associação. Não obstante, os militares também se esmeraram para criar instituições que servissem de anteparo ao Parlamento, cujo poder excessivo era apontado como responsável pelo autoritarismo do DP. Dentre as novas instituições, destacam-se o Senado, a Corte Constitucional e o Conselho de Segurança Nacional (MGK). Se o primeiro foi estabelecido em moldes democráticos (pois seu poder era respaldado pelo voto dos eleitores), os dois últimos carregavam um componente mais discricionário e autoritário. Por um lado, a Corte Constitucional - que, naturalmente, revisava a constitucionalidade das leis aprovadas pelos congressistas - tinha poder de fechar partidos políticos que fossem de encontro aos princípios da República. Por outro lado, o MGK - composto por militares e políticos - tinha a missão de orientar o governo em assuntos de segurança nacional (Varol, 2012, p. 55 e 56).

O golpe de 1960 é imprescindível para se compreender a institucionalização do poder das Forças Armadas como fiel da balança da política turca. Como em outros momentos que serão analisados posteriormente, os militares atenderam aos chamados de amplos setores da elite (intelectuais, empresários e políticos do CHP) e intervieram no jogo político do país. Nesse ponto, porém, não é correto afirmar que os promotores da deposição de Menderes tenham agido somente por pressão popular, como se não tivessem um projeto de poder próprio. Isso se evidencia pelas próprias medidas tomadas pela junta militar, que elevaram sua capacidade de influência com a criação da Corte Constitucional (cujos ideais eram kemalistas) e do Conselho de Segurança Nacional, que era dominado por membros do Exército. Dessa forma, vê-se aí uma exitosa combinação de um grupo político que, respaldado pela população, soube tirar proveito da situação e criar mecanismos que assegurassem sua relevância no futuro.

Após a aprovação da nova Constituição por um referendo popular, os militares cumpriram sua promessa de realização de eleições parlamentares. Estas, no entanto, não foram plenamente livres, uma vez que o DP havia sido fechado pela Corte Constitucional, e várias de suas lideranças foram presas ou impedidas de concorrer a cargos eletivos. Ademais, Adnan Menderes foi sentenciado à morte - e executado - no governo da junta militar, malgrado a pressão ocidental para que sua pena fosse comutada. Assim, o CHP de Ismet İnönü voltou ao poder, em uma eleição em que o antigo DP se dividiu em três novos partidos, dos quais o Partido da Justiça (AP) era o mais significativo, tendo recebido uma votação inferior apenas à do CHP. Essa tensão política, entretanto, pouco alterou a estratégia do governo, que seguiu fiel à Organização

do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), à qual havia aderido em 1952, ainda sob a égide do DP e de Menderes (Mango, 2004, p. 57 e 58).

A normalização da política na Turquia veio acompanhada de uma fase de crescimento econômico em virtude do fomento à industrialização por substituição de importações. Como em outros países, esse processo fortaleceu as classes sociais típicas de uma sociedade capitalista, exacerbando as tensões. Durante a década de 1960, houve um significativo florescimento dos setores de esquerda, como atesta o surgimento do Partido Turco dos Trabalhadores (TIP) e de inúmeras associações trabalhistas. Essa situação engendrou uma polaridade entre os grupos marxistas e o governo, que não sabia responder às pressões do sistema. Por outro lado, em 1970, alguns grupos islâmicos descontentes com a polarização entre seculares de esquerda e de direita fundaram o Partido da Ordem Nacional (MNP), guiado por Necmettin Erbakan, que reprochava os alicerces antirreligiosos da República da Turquia. Então, os militares, já insatisfeitos com o rebuliço social, perderam qualquer confiança no governo para viabilizar a estabilidade do país (Altunişik & Tür, 2005, p. 35-37).

Em 1971, em um novo contexto de crise econômica, o governo turco anunciou um plano de austeridade para que o país pudesse iniciar um novo ciclo de desenvolvimento, o que foi muito mal visto pelos trabalhadores. Estes, então, organizaram inúmeros protestos e passeatas para reprochar as medidas do governo, em um padrão inédito para a história da Turquia. Ademais, alguns grupos de guerrilhas urbanas aproveitaram o ensejo para realizar sequestros e assaltos a bancos para financiar seus projetos políticos. Nesse momento, as Forças Armadas emitiram uma nota com a exigência de que o governo encerrasse aquela situação, sob pena de uma nova intervenção. Assim, incapaz de lidar com o problema e temeroso das consequências de uma saída forçada, o governo renunciou, abrindo espaço para que uma nova junta militar assumisse as rédeas da nação (Burak, 2011, p. 151). Imediatamente, os militares ordenam o fechamento do TIP e do MNP, aduzindo a incompatibilidade do marxismo e do islamismo com o kemalismo. De fato, nos anos subsequentes, o medo de uma revolução socialista e da ascensão de um governo religioso afiançavam o papel dos militares como fieis da balança e protetores da República, o que se agravou em seguida com o aparecimento do movimento separatista curdo.

A formação de partidos políticos identificados com o marxismo e com o islamismo foi capital para que surgisse um debate sobre qual deveria ser a estratégia internacional a ser adotada pela Turquia. Até então, havia poucos questionamentos

sobre o alinhamento ideológico que o país traçara com o bloco capitalista, o que começou a mudar a partir de alguns desvios na política externa turca nos anos 1960. Estes, todavia, não se deveram à vontade de mudança do governo, mas sim à crise dos mísseis em 1962 e ao conflito do Chipre iniciado no ano seguinte. No primeiro caso, os Estados Unidos concordaram em retirar os mísseis instalados em território turco, como contrapartida à remoção do material bélico soviético de Cuba. Essa providência era vista com maus olhos em Ancara, que temia o decréscimo de sua pertinência para Washington. Já no Chipre (país de população grega e turca), o governo turco declarou que estava disposto a intervir, caso os direitos da minoria turca fossem desrespeitados pela maioria grega (Carley, 1997, p. 02 e 03).

Esse estremecimento turco-americano, não obstante, era consequência menos de um realinhamento ideológico do que da imposição dos fatos, na medida em que a distensão entre Estados Unidos e União Soviética fazia com que a Turquia fosse menos relevante para os norte-americanos. Ainda assim, é a partir desse momento que alguns grupos políticos de oposição começam a indagar a validade dessa união, surgindo movimentos alternativos. Desse modo, vê-se que os marxistas desejavam um afastamento da OTAN, como já seria de se esperar, e os islamistas tencionavam uma política externa mais independente e que se aproximasse dos países árabes. Como as Forças Armadas combatiam duramente a assunção da esquerda e dos religiosos nas eleições parlamentares da Turquia, a necessidade de se manter um bom relacionamento com os EUA era vista como inevitável, malgrado as inúmeras dificuldades que a conjuntura impunha.

Enquanto se fortalecia a identidade das Forças Armadas como a principal instituição de apoio à parceria entre Ancara e Washington, a junta militar, após o golpe de 1971, empenhou-se para ampliar institucionalmente sua margem de manobra na política nacional. Assim, o Conselho de Segurança Nacional teve suas prerrogativas expandidas através de uma emenda constitucional, a qual determinou que seus membros fossem comandantes do Exército e que suas resoluções fossem consideradas recomendações e não conselhos, como estava anteriormente previsto (Özcan, 2007, p. 41 e 42). A despeito da introdução dessas alterações, os militares, mais uma vez, não tiveram interesse em se manter no poder e procederam a novas eleições gerais em 1973, pouco tempo após o retorno do que consideravam a "normalização da vida política", o que, na prática, significava o estancamento das ações de guerrilhas urbanas e a contenção dos movimentos grevistas através da imposição da lei marcial.



Com o retorno da democracia em 1973, o CHP logrou ser o partido mais votado, tendo obtido uma votação um pouco maior que o AP, mas foi obrigado a montar uma coalizão com outras agremiações menores para ter maioria no Parlamento. Nesse pleito, salienta-se, também, o surgimento do Partido da Salvação Nacional (MSP), herdeiro político do MNP, cujo eleitorado eram os setores religiosos e a pequena burguesia. O MSP chegou a fazer parte do governo CHP (guiado por Bülent Ecevit), mas a aliança logo desfez-se em virtude do conflito de projetos que esses partidos representavam. Assim, o governo de Ecevit teve muitas dificuldades para articular uma maioria, e seu governo foi dissolvido já em 1975, abrindo espaço para que a oposição ascendesse ao poder. No entanto, a crise econômica que assolava o país e as tensões sociais que ressurgiram com a democracia fizeram com que o CHP vencesse as eleições de 1977. Esse resultado também decorria do caráter mais social que o CHP adquirira sob a liderança de Ecevit (Altunişik & Tür, 2005, p. 38-40).

O final da década de 1970 em muito se assemelhou ao término do decênio anterior, com o recrudescimento das agitações sociais e a consequente instabilidade política. Além das adversidades econômicas, que radicalizavam os movimentos de esquerda, assistiu-se à emergência do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que reivindicavam a secessão do território turco através de atentados terroristas. Essa organização surgiu de outros grupos marxistas que participavam de guerrilhas urbanas nesse período, mas logo adquiriu um contorno étnico-cultural que perpassava as questões de classe. Com efeito, os curdos - que representam entre 10 e 20% da população da Turquia - vinham sendo discriminados com vigor há muitas décadas, em especial após a ascensão de Atatürk. Desde então, a "turquização" se tornou uma política de Estado, com o banimento da língua e da nacionalidade curdas. Esse problema ainda se exacerbava com o fato de que a situação socioeconômica da minoria curda é bastante pior em comparação com o resto da nação (Kocher, 2002. p. 04).

Com o avanço do movimento curdo, a percepção de que a sociedade turca - aqui entendida em seus valores kemalistas - estava a perigo de uma maneira sem precedentes atingia seu zênite, uma vez que o marxismo e o islamismo já representavam um projeto político que ameaçava as bases das elites tradicionais do país. Esse cenário legitimava os militares que defendiam um papel ativo de sua instituição na política nacional, pois o ideário kemalista de fato era desafiado em várias frentes. Dessa forma, mais uma vez, em 1980, as Forças Armadas derrubaram um governo que havia sido democraticamente eleito, novamente sob o pretexto da necessidade de estabilizar o país. Após esse golpe

de Estado, porém, nota-se que o prestígio e a influência das Forças Armadas atingiram o seu ápice, mas, nesse momento, também foram plantadas as sementes de seu posterior ocaso, o qual viria a se desenrolar lentamente ao longo das décadas subsequentes (Aydin, 2005, p. 02 e 03).

O apogeu dos militares na política turca se consubstanciou na aprovação de uma nova Constituição em 1982. Esse documento foi elaborado sob a perspectiva de que instabilidade que assolava o país em termos econômicos, políticos e sociais era fruto da carta magna anterior, que teria descentralizado o poder de maneira excessiva, além de ter ultrapassado os limites no que diz respeito às liberdades individuais. Para os militares, era preciso centralizar o poder, a fim de que o dever de formar coalizões governamentais não acarretasse a ingovernabilidade. Além disso, os direitos civis foram relativizados e reduzidos, para que a população pudesse ser despolitizada, o que era tido como indispensável para pôr fim às tensões sociais. Finalmente, o MGK, outra vez, teve suas funções expandidas, tornando-se o principal órgão para temas de segurança nacional, internos ou externos. Doravante, suas deliberações não podiam ser ignoradas pelo governo, o que fazia com que constituísse um mecanismo militar dentro do Estado (Özcan, 2007, p. 42 e 43).

A chegada de um novo governo militar à Turquia coincide com um importante marco em sua política externa, que se tornou realidade a partir de dois acontecimentos em 1979: a invasão soviética ao Afeganistão e a Revolução Islâmica no Irã. Esses eventos foram integralmente de encontro aos interesses norte-americanos na região, na medida em que representaram um avanço da União Soviética e a perda de um aliado fundamental, o Xá Reza Pahlevi. Nesse contexto, a Turquia se tornava um país capital para Washington, que necessitava de um seguidor em uma região repleta de países que lhe eram hostis. Desse jeito, em 1980, turcos e norte-americanos firmaram o Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA), que visava à modernização das Forças Armadas da Turquia com auxílio, treinamento e equipamento dos Estados Unidos (Dicle, 2008, p. 31-34). Nesse momento, aliás, os militares aproveitaram sua boa reputação e prerrogativa institucional para fomentar o desenvolvimento da indústria de defesa turca, cujas empresas facilitavam o enriquecimento de muitos generais.

Em 1983, a junta militar finalmente abdicou do poder, possibilitando a realização de novas eleições. Nestas, sagrou-se vencedor Turgut Özal, do recém fundado Partido da Pátria Mãe (ANAP), notadamente menos secular e mais liberal que o CHP. Em essência, Özal comprometeu-se com a manutenção das reformas liberalizantes que

havam sido iniciadas pelos militares, de acordo com as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, nos anos 1980, a Turquia abriu mão de uma política de substituição de importações em favor de uma estratégia que fomentava a industrialização através da atração de investimentos externos, com o intuito de impulsionar as exportações de produtos manufaturados (Önis, 2005, p. 11-14). Essa reorientação da economia turca - além de promover a volta do crescimento econômico - implicou duas expressivas transformações que se perceberiam anos mais tarde: o surgimento de uma nova elite, visto que as novas indústrias se instalaram no interior do país, onde o apego à religião era mais forte, e a criação de uma complementaridade econômica entre a Turquia e seus vizinhos, sobretudo os produtores de energia.

Até o final dos anos 1980, o governo Özal manteve suas principais diretrizes na economia e na política externa, com a continuidade da liberalização e das boas relações com os Estados Unidos. Sua administração beneficiou-se das reformas que advieram da nova Constituição, as quais centralizaram o poder e facilitaram a aprovação das medidas que o governo propôs. Ademais, essas alterações permitiram que as tensões sociais que estavam onipresentes nas décadas anteriores fossem dirimidas, o que foi muito bem recebido pelas Forças Armadas. No entanto, o mandato de Turgut Özal também foi marcado pelo crescimento da taxa de desemprego e do custo de vida, em função das privatizações de empresas estatais e do corte dos subsídios públicos. Em um contexto político menos democrático, porém, essas dificuldades não se traduziram em grandes pressões ao sistema, diferentemente de outros períodos.

A queda do muro de Berlim e o conseqüente desmoronamento do bloco soviético representou um ponto de inflexão na política turca. Acima de tudo, o final da Guerra Fria e da bipolaridade do sistema internacional esvaziaram a necessidade de que Ancara tivesse um protetor contra uma possível investida da União Soviética. Além disso, a falência do socialismo como projeto político desnorteou diversos movimentos sociais e pôs um termo definitivo à ação de grupos revolucionários. Esse fenômeno abrandou os ânimos das elites turcas, as quais haviam apoiado, em três ocasiões, uma intervenção militar por medo de uma revolução social. Entretanto, a permanência do separatismo curdo e do islamismo como ameaças reais ainda asseguravam às Forças Armadas um papel proeminente na política nacional. Na diplomacia, contudo, vê-se que a Turquia manteve laços estreitos com os Estados Unidos - como atesta sua participação na Guerra do Golfo (1990) -, mas também se permitiu lançar mão de uma estratégia mais assertiva,

aproximando-se dos Estados vizinhos, sobretudo os "novos", que surgiram com o desmembramento soviético (Sayari, 2000, p. 169-171).

A emergência de um mundo pós-Guerra Fria foi, portanto, um grande baque para os movimentos políticos de esquerda. No entanto, na Turquia, à medida que se aplacavam as tensões entre estratos sociais, se intensificava um debate sobre a identidade no país. Os questionamentos vinham, principalmente, das minorias curdas e dos grupos religiosos, sendo que ambos reprochavam muitos dos preceitos básicos do kemalismo. O separatismo curdo, por exemplo, já vinha tomando uma proporção gigantesca desde o decênio anterior, com a expansão do PKK e de seus atentados terroristas. Essa organização, a propósito, havia transferido suas bases para a Síria, de onde suas lideranças arquitetavam seus movimentos. Essa situação gerou um profundo mal-estar diplomático entre Ancara e Damasco, que estiveram na iminência de um confronto armado em virtude da hesitação síria para extraditar Abdullah Ocalan, líder do PKK (Zafar, 2012, p. 150-153). De fato, ressalta-se que as rusgas com Estados vizinhos eram menos exceção do que regra para a Turquia, que também tinha atritos com Grécia, Chipre, Iraque, Armênia, Líbano, além de manter uma relação de baixa intensidade com os outros países ao seu redor.

Ainda a respeito da discussão identitária, observa-se que a derrota do socialismo soviético foi entendida como um sinal da superioridade dos valores liberais e democráticos. Essa mensagem foi apropriada pelos setores islâmicos, que argumentavam que, em uma democracia, não havia justificativa para que seus projetos não estivessem presentes na arena eleitoral. Assim, Necmettin Erbakan, um dos criadores do islamista MNP, organizou o Partido do Bem-Estar (RP), cujos pressupostos se assemelhavam aos de sua antiga agremiação. Em 1995, uma pulverização na votação para o Parlamento fez necessária a formação de uma coalizão governamental, a qual incluiu o RP, que assumiu o poder com Erbakan à frente. Essa aliança permitiu a assunção de um partido com um ideário fortemente antikemalista, que prometia reorientar a política turca, de modo a aproximar o país de outros Estados muçulmanos. Essas mudanças, porém, enfrentavam inúmeras resistências nas Forças Armadas, que ainda dispunham de prestígio e mecanismos institucionais para impedir a aprovação de medidas consideradas como antisseculares (Hiro, 2009, 102 e 103).

Enquanto enfrentava uma série de obstáculos para colocar em prática seus desígnios, Erbakan tratou de utilizar a política externa como um meio promotor de mudanças, acreditando que teria mais autonomia no plano externo do que no interno.

Dessa forma, o governo turco anunciou que pretendia construir um gasoduto entre a Turquia e o Irã, justamente quando os Estados Unidos lançaram o Acordo de Sanções Irã-Líbia, que proibia investimentos externos nesses países. Ao ser pressionado por Bill Clinton para abandonar o projeto, Erbakan rechaçou a tentativa de coação, salientando a importância do gasoduto para a economia turca. Nessa linha, o RP também sugeriu a criação de um Mercado Comum Islâmico, convocando todos os chefes de Estado de países muçulmanos para viabilizar essa iniciativa. Sublinha-se, por fim, que diversos políticos do RP apregoavam o rompimento das relações diplomáticas com Israel, estabelecidas em 1949. Essa proposta motivou a revolta dos militares, que aventavam, ao contrário, um estreitamento de laços com Tel Aviv (Dicle, 2008, p. 69 e 70).

Talvez por receio de um revide das Forças Armadas, Erbakan não levou adiante a possibilidade de romper relações com Israel, e ainda assinou um acordo que reforçava a parceria militar turco-israelense, exatamente nos moldes pretendidos pelos militares. Malgrado o pragmatismo de Erbakan, as dúvidas e desconfianças em relação às suas intenções continuaram a pairar sobre as elites seculares, que apenas esperavam por um ensejo para destituir o RP do poder. Este surgiu em fevereiro de 1997, após a realização de um evento no qual se encontraram as principais lideranças islâmicas da Turquia. Esse acontecimento foi marcado pela veiculação de imagens em defesa do Hamas e do Hezbollah, que foram denunciadas pelos grupos seculares como a evidência definitiva de que o RP pretende instaurar uma República islâmica. Em vista disso, o Exército enviou tanques e tropas às ruas e depôs o governo, no que veio a constituir sua última intervenção bem sucedida na política nacional (Burak, 2011, p. 152-155).

A ação militar que sacou Erbakan foi considerada como um “golpe pós-moderno”, pois não apresentou as mesmas características das anteriores. Nota-se, acima de tudo, que os generais, dessa vez, não assumiram o poder, mas forçaram a demissão de Erbakan, sem causar um rompimento direto com a estrutura institucional vigente. Assim, o presidente turco teve de indicar um novo primeiro ministro, Mesut Yılmaz, que era o chefe do ANAP. Na sequência, a Corte Constitucional determinou que o RP havia agido contrariamente aos princípios seculares, o que ocasionou a sua proscrição. Ademais, Erbakan ficou proibido de participar da política turca durante os cinco anos seguintes. Devido ao fechamento do RP, a maior parte de seus membros ingressou no Partido da Virtude (FP), onde se destacavam as figuras de Abdullah Gül e Recep Tayyip Erdoğan – prefeito de Istambul –, que seriam líderes do governo poucos anos depois. Os

condutores do FP argumentavam que esta agremiação divergia do RP porque favorecia a integração total da Turquia com o Ocidente (Hiro, 2009, p. 105 e 106).

Em 2001, o fracasso do Partido Democrático de Esquerda (DSP) - que vencera as eleições gerais de 1999 - em formar uma coalizão governamental abriu espaço para que o FP tivesse a oportunidade de escolher o Primeiro Ministro. Nessas circunstâncias, todavia, a Corte Constitucional antecipou-se à sua ascensão e decidiu que o partido havia se tornado um centro para atividades antisseculares, determinando sua interdição. Posteriormente, os 99 deputados do FP se dividiram em dois novos partidos: 48 criaram o Partido da Felicidade (SP) e 51 (dentre os quais Gül e Erdoğan) formaram o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Conquanto as duas agremiações em questão sejam críticas ao kemalismo tradicional e vinculadas a setores religiosos, o AKP diferia do SP por adotar uma estratégia mais moderada, rejeitando o islamismo e garantindo a separação entre Estado e Igreja. Essa comedição angariou apoio para o AKP que, no pleito de 2002, não só foi o partido mais votado, como logrou obter a maioria no Parlamento, o que lhe permitiu governar sem uma coalizão, situação inédita na história da Turquia (Mango, 2004, p. 102 e 103).

### **3. O AKP no Poder: Ocaso dos Militares e Política Externa da Profundidade Estratégica**

No momento em que o AKP chegou ao poder na Turquia, havia um quadro de domínio das Forças Armadas na política nacional, o que se atesta pelas quatro intervenções diretas que a instituição realizou desde 1960. Conforme analisado, esse papel se consolidara ao longo das décadas, desde a emergência de Kemal Atatürk até a publicação da Constituição de 1983, que consagrou os militares como fiéis da balança da integridade da República e da manutenção do secularismo. Esse cenário derivava do temor que as elites turcas tinham do marxismo, do separatismo curdo e do islamismo, os quais eram combatidos pelo Exército. Na política externa, mantinha-se desde o início da Guerra Fria um panorama de alinhamentos com os Estados Unidos e seus principais aliados. Ademais, desde os anos 1980, a Turquia manifestava seu intento de ingressar na União Europeia, mas, até hoje, enfrenta muitas resistências para concretizar seu objetivo. Oficialmente, aliás, a pressão que os militares exercem no sistema político turco é apontada como um elemento de déficit democrático, que precisa ser corrigido para que a candidatura turca seja viável (Gürsoy, 2012, p. 740 e 741).

Como visto na introdução, a hipótese que norteia este artigo é de que as mudanças na política externa turca desde 2002 se tornaram possíveis, principalmente, em virtude da alteração da correlação de forças entre civis e militares na política do país. De fato, o governo do AKP assinalou-se, dentre outros fatores, pela promoção de reformas que visavam à limitação da participação das Forças Armadas na política. A aprovação dessas medidas, contudo, não foi simples, pois os militares em diversos momentos procuraram obstaculizá-las. Em algumas circunstâncias, inclusive, houve tentativas frustradas de depor o AKP ou de impedi-lo de se sagrar vitorioso nas eleições de que participou. O fracasso desses intentos, logo, pode ser interpretado como um sintoma da decadência das Forças Armadas enquanto ator político. Em 2013, por exemplo, após a maior onda de manifestações populares da história do país - o que teria causado a derrubada de qualquer governo em outros períodos -, não se verificou a existência de nenhuma tentativa de golpe, um definitivo indício de transformações.

A inflexão na política externa turca que se verificou na última década foi embasada teoricamente por Ahmet Davutoğlu, acadêmico e político turco, que elaborou a “Teoria da Profundidade Estratégica”, também chamada de “Neo-otomanismo”. Essa concepção presume que o desfecho da Guerra Fria foi positivo para a Turquia, pois lhe abriu novas oportunidades em termos regionais. Nessas circunstâncias, Davutoğlu propugnava que seu país aproveitasse o ensejo e fortalecesse suas relações comerciais com seus vizinhos, principalmente os novos Estados, ainda que os vínculos com os países desenvolvidos também fossem bem-vistos. Ademais, o teórico preconizava que a Turquia não era somente uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, mas sim um país autônomo que deveria contribuir para a resolução de conflitos regionais, o que só seria viável se os turcos facultassem uma verdadeira política de “zero problemas com os vizinhos”, nas palavras do ideólogo (Baran et al., 2008, p. 08-10).

A perspectiva de Davutoğlu era muito distinta da adotada pelas Forças Armadas, que justificavam sua aliança com Estados Unidos e Israel alegando ser essa a única maneira de proteger a Turquia de confrontos com seus vizinhos. O AKP sempre rejeitou essa perspectiva, hegemônica nos círculos militares. De acordo com suas lideranças, a Turquia não era um país europeu ocidentalizado que estava circundado por Estados islâmicos beligerantes. Embora não apregoasse uma reversão nos atributos seculares da República, o AKP não escondeu seu caráter muçulmano, argumentando que a religião comum aproximava os turcos de seus vizinhos. Houve, nesse ponto, uma significativa virada, pois o governo de Erdoğan teve muito sucesso em sua estratégia de “nenhum

problema com os vizinhos”, ao menos até o início da Primavera Árabe. Em 2010, Ancara encontrava-se em uma situação muito confortável, tendo eliminado todas as tensões regionais que permearam os períodos anteriores. Nessas circunstâncias, a sensação de insegurança se dissipara, eliminando a necessidade de uma aliança inquebrantável com Estados Unidos e Israel (Balci & Kardaş, 2012, p. 110 e 111).

Repara-se, então, que a visão de Davutoğlu se escorava nas novas características da sociedade internacional – o fim da bipolaridade – e econômicas internas da Turquia – crescimento via fomento da exportação de produtos industrializados. Por um lado, a queda da União Soviética não só acarretou o surgimento de novos países, mas os colocou no tabuleiro das relações internacionais centro-asiáticas, prontos para serem cobiçados por potências com pretensões hegemônicas. Igualmente, a emergência de um mundo pós-bipolar fez com que Ancara não mais precisasse balizar suas ações de acordo com as preocupações norte-americanas. Por outro lado, sob o prisma econômico, nota-se que as mudanças introduzidas por Turgut Özal começaram a se fazer sentir, pois a indústria turca se dinamizou, sendo capaz, a partir de então, de suprir a carência de artigos manufaturados nos países adjacentes. Nesse momento, os empresários turcos também passaram a pressionar o governo para que pudessem realizar, com mais robustez, investimentos externos (Barkley, 2011, p. 04-06).

À luz do exposto, evidencia-se que a Turquia entrava no século XXI em um contexto em que se acirrava um debate entre secularistas (capitaneados pelas Forças Armadas e seus aliados) e religiosos (arregimentados em torno do AKP). Na política externa, os dois lados já haviam cristalizado suas posições em torno da manutenção de vínculos inextricáveis com Estados Unidos e Israel - projeto dos militares - e a adoção de uma estratégia mais autônoma e assertiva, que priorizava a aproximação diplomático-comercial com os Estados vizinhos - programa do AKP. Todavia, dada a expressão política das Forças Armadas, aos religiosos não bastava se eleger para implantar seu plano de governo, pois poderiam, a qualquer momento, sofrer um golpe, ou ter suas medidas obstadas por instituições kemalistas. Assim, como será esmiuçado a partir de agora, as transformações da política externa turca só puderam se intensificar e deitar raízes quando se modificaram as relações entre civis e militares no país.

Conquanto a administração do AKP tenha proporcionado as mais significativas alterações no sentido de alijar os militares da política nacional, é imperativo frisar que esses câmbios começaram, na verdade, antes de que o partido alcançasse o poder. Em 1999, o Exército turco capturou Abdullah Ocalan, a principal liderança do PKK, no que



constituiu uma de suas mais importantes vitórias, pois a prisão de Ocalan desorganizou a organização curda, que passou a ter muitas dificuldades para continuar a sua luta. Por mais paradoxal que possa parecer, essa vitória acabou trazendo efeitos perversos para os militares. Isto porque as suas ingerências sempre se justificaram em decorrência da aflição que os movimentos antiekemalistas proporcionavam. Porém, como o marxismo já não representava uma ameaça há muito tempo, a derrocada do secessionismo curdo fazia com que o islamismo permanecesse como o único perigo real (Balci & Kardaş, 2012, p. 109 e 110).

O triunfo do Exército turco sobre o PKK permitiu ao governo do país encetar um conjunto de reformas cuja finalidade era promover a democratização e a expansão das liberdades individuais, inclusive de grupos minoritários. Essa estratégia derivava do esforço para que a Turquia pudesse ser um membro da União Europeia. Para tanto, o país deveria se adequar aos Critérios de Copenhague, que consideravam a excessiva participação das Forças Armadas na política um fenômeno inaceitável. Os europeus reprochavam as prerrogativas do Conselho de Segurança Nacional, que influenciava sobremaneira o governo em termos de política externa e na questão curda. Então, com o intuito de atender aos Critérios de Copenhague, o governo elevou o número de membros civis do MGK e retirou o requerimento que dizia que as suas decisões deveriam ser "prioridade absoluta" da administração pública (Jenkins, 2007, p. 346).

A introdução dessas modificações teve, de maneira geral, a aquiescência das Forças Armadas. Ainda que essa aceitação possa soar estranha, é imperativo sublinhar que os militares sempre foram favoráveis à admissão da Turquia pela União Europeia, um passo a mais rumo à modernização e à ocidentalização. Ademais, o sucesso na guerra contra o PKK encheu os militares de confiança, na crença de que seus inimigos não mais tinham condições de abalar as bases da República secular. Em sua visão, nem mesmo os setores islâmicos representavam uma ameaça tão significativa, na medida em que a Corte Constitucional dispunha dos meios necessários para proscriver os partidos políticos dessa vertente. Não obstante, alguns grupos minoritários e mais radicais do Exército mostraram seu desacordo com a instauração dessas reformas, considerando que o afastamento dos militares da política era um preço muito alto a pagar pelo alinhamento com os preceitos da União Europeia (Gürsoy, 2012, p. 745 e 746).

Enquanto despertava essa troca de paradigmas, a população turca assegurava a vitória do AKP nas eleições parlamentares, permitindo a volta de um grupo político ligado a setores religiosos. Nesse aspecto, todavia, faz-se necessária uma ressalva

importante, uma vez que o AKP representava uma nova geração do movimento islâmico na Turquia. Com efeito, após a intervenção militar de 1997, houve uma cisão no grupo que anteriormente formara o RP, pois mais da metade de seus parlamentares passou a questionar a liderança de Erbakan e seus correligionários mais próximos (Jenkins, 2007, p. 347 e 348). Esses políticos, que fundaram o AKP, asseveravam que o RP havia radicalizado seu plano de governo, facilitando a tarefa da oposição e das Forças Armadas. Desse modo, Gül e Erdoğan, cérebros da agremiação, sempre enfatizaram que, embora defendessem as manifestações religiosas, rejeitavam o islamismo como estilo de governo. Em sua visão, o Islã estava para o AKP assim como o cristianismo para os partidos democratas cristãos da Europa.

Tão logo iniciou seu governo, o AKP tratou de dar continuidade às transformações que haviam iniciado na virada do século. Em primeiro lugar, vê-se que o partido dedicou-se para possibilitar a assunção de Erdoğan como Primeiro-Ministro, uma vez que o ex-prefeito de Istambul havia perdido seus direitos políticos após ler em praça pública um poema de conteúdo islâmico. Esse objetivo foi atingido logo nos primeiros meses, e Erdoğan tornou-se o líder do governo ainda em 2003. Nesse mesmo ano, o Parlamento aprovou um pacote de medidas - inspirado nas recomendações dos Critérios de Copenhague - que modificava ainda mais o Conselho de Segurança Nacional, convertendo-o em um órgão meramente consultivo, sem capacidade de impor sua agenda ao governo. Em 2004, uma nova rodada de emendas excluiu um conjunto de cortes militares (muito utilizadas após os golpes de Estado) e retirou os militares do Conselho de Educação Superior e do Alto Conselho de Rádio e Televisão (Kuru, 2012, p. 47).

Em um primeiro momento, a introdução dessas mudanças foi apoiada até mesmo pelo CHP - partido que sempre representou os interesses das Forças Armadas na Turquia - e por grupos midiáticos que tradicionalmente apoiaram as intervenções militares na política. Essa posição, que causa uma estranheza inicial, também tem a ver com o intuito de favorecer a integração de Ancara aos ditames da União Europeia, o que não poderia se realizar de outra forma. Além disso, essas primeiras alterações não implicavam uma completa desmilitarização da política turca, mesmo que trouxessem indicações nesse sentido. Os militares, no entanto, já começaram a perceber que o país havia entrado em uma rota que não lhe era favorável, o que tenderia a se agravar nos anos subsequentes se nada fosse feito. Posteriormente, já ciente das intenções do AKP e

de sua capacidade de implementá-las, o CHP se firmou como crítico de novas alterações e buscou, sem sucesso, obstaculizá-las (Kuru, 2012, p. 47 e 48).

A despeito dessas reformas institucionais, os militares continuaram a exercer uma pressão informal sobre o sistema político, através de declarações individuais em aparições na mídia. Afinal, malgrado os sinais de um novo tempo, as Forças Armadas não construíram sua legitimidade através apenas da institucionalidade, sendo esta, na verdade, mais uma consequência do que uma causa de seu prestígio. Conforme visto, os militares tiveram êxito em se mostrar para as elites turcas (e para boa parte da população) como defensores fidedignos da República, o que lhes permitiu tecer os mecanismos legais para exercer o seu poder. Portanto, mesmo quando essa engrenagem começou a ser desbaratada, a persistência de procedimentos sub-reptícios serviu como um fundamento para a ação dos militares. Esse fenômeno, por mais que dificultasse a consecução do propósito do AKP, acabou abrandando os ânimos dos setores que, porventura, quisessem derrubar o governo (Gürsoy, 2012, p. 745-747).

A inação dos militares nesse primeiro momento de perda relativa de poder não é explicada somente pela manutenção de uma margem de manobra através de meios alternativos, mas também pelo sucesso do AKP em propiciar um governo marcado pela estabilidade política e pela prosperidade econômica. Esse cenário era bastante incomum na história do país, principalmente em períodos recentes. Com efeito, a década de 1990 assinalou-se por uma permanente estagnação econômica, que ocasionou muitas dificuldades para os partidos políticos, que não conseguiam formar gabinetes regulares. Nem mesmo após o golpe de 1997 constatou-se o surgimento de um governo sólido, o que foi prejudicial à imagem das Forças Armadas. Dessa maneira, com a singularidade das eleições de 2002 - nas quais apenas o AKP e o CHP venceram a cláusula de barreira, o que permitiu que Erdoğan pudesse governar somente com o seu partido -, os anos iniciais do século XX viraram sinônimo de harmonia e progresso na Turquia, um alvo perseguido desde sempre pelos militares (Gürsoy, 2012, p. 746-748).

Outro fator de grande relevo para evitar que as Forças Armadas fossem capazes de interromper o curso de transformações na democratização das relações civis-militares se encontra na circulação de elites da sociedade turca. Anteriormente, comentamos que, em todas as vezes em que um governo democrático acabou deposto (1960, 1971, 1980 e 1997), havia uma coordenação de interesses entre as elites nacionais e os militares. Por certo, desde 1923, o grosso da elite turca (empresários, acadêmicos e representantes da mídia) encampava os valores kemalistas, sempre receando o avanço de grupos

marxistas, curdos ou islâmicos. No entanto, desde o governo de Turgut Özal, quando se procedeu à liberalização econômico-comercial com o fito de promover o crescimento via aumento de exportações, afluíram uma nova elite, proveniente de regiões onde o Islã era mais arraigado. Lentamente, esse grupo passou a ocupar os espaços antes reservados aos kemalistas, minando a base de sustentação às Forças Armadas e fortalecendo os segmentos religiosos (Göle, 1997, p. 55-57).

A disputa entre o AKP e os militares exacerbou-se em 2007, quando o partido nomeou Abdullah Gül como presidente do país, cargo até então ocupado pelo kemalista Ahmet Sezer, adversário do partido. Apreensivos com a possibilidade de que o AKP dominasse o Parlamento e a presidência, generais do Exército publicaram uma nota em seu sítio na Internet, afirmando que estavam dispostos a frustrar esse intento. Ao mesmo tempo, a Corte Constitucional declarou inválida a eleição, alegando que não havia parlamentares o bastante para ratificar a vitória de Gül, e milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar contra o AKP, ainda que muitos se opusessem à sua destituição, gritando "não à *sharia*, não ao golpe". Pressionado pelos acontecimentos, Erdoğan aceitou a decisão da Corte Constitucional, mas adiantou em alguns meses as eleições parlamentares. Então, acusando a oposição de golpista e enfatizando a democracia, o AKP novamente superou seus adversários, atingindo 46,7% dos votos, contra 20,8% do CHP. Assim, munido pela sanção popular, o partido, dessa vez, pôde garantir a posse de Gül como novo presidente (Baran, 2008, p. 65-68).

Estimulado por ter, simultaneamente, a maioria no Parlamento e o controle da presidência - cenário absolutamente *sui generis* na história republicana da Turquia -, o AKP redobrou esforços para levar adiante suas propostas para ampliar a liberdade religiosa do país. Em janeiro de 2008, seus parlamentares aprovaram um projeto que levantava o banimento ao uso do véu em universidades, no que foram elogiados pela União Europeia, mas duramente criticados por militares e políticos do CHP, que, através do procurador Abdurrahman Yalçinkaya (um ferrenho kemalista), entraram com uma representação contra o AKP na Corte Constitucional, demandando o fechamento do partido sob a justificativa de que se tornara um foco de atividades antisseculares. Na sequência, após um tenso período de debates e em uma apertada votação (sete votos a seis), a Corte Constitucional indeferiu o pedido de Yalçinkaya, fazendo com que o AKP fosse o primeiro partido islâmico a resistir a esse tipo de processo (Baran, 2010, p. 68-70).

O governo de Erdoğan não esmoreceu com a tentativa de seus opositores e manteve a estratégia de promover reformas que limitassem a participação das Forças Armadas na política, ciente de que essa era a única maneira de minimizar concretamente a possibilidade de um golpe. Anteriormente, viera à tona o Caso Ergenekon, que compreendia um conjunto de indícios que demonstravam que um grupo de militares e civis que haviam tramado para derrubar o governo, através de protestos e atentados terroristas. De acordo com as evidências encontradas, Ergenekon era visto como um Estado dentro do Estado, em atuação há duas décadas. Supostamente, os últimos planos teriam sido elaborados em 2003, e consistiam na derrubada de um avião turco no Mar Egeu (com o fito de responsabilizar a Grécia e criar um atrito diplomático) e um atentado a mesquitas em uma sexta-feira, dia sagrado para os muçulmanos (Uzun, 2010, p. 01 e 02).

A descoberta do Caso Ergenekon foi muito nociva à imagem das Forças Armadas, que ainda era praticamente imaculada para uma ampla parcela da população turca. Esse dano se explica quando se tem em conta que os militares sempre acusaram seus opositores de agir através de métodos terroristas, e o descobrimento de que seus partidários também se valiam de táticas semelhantes decepcionou seus admiradores. Os parlamentares do CHP e muitos oficiais de alto escalão, não obstante, argumentaram que o escândalo havia sido plantado por militantes do AKP, e que as investigações não foram conduzidas em consonância com os procedimentos democráticos. Em outras palavras, a oposição asseverava que o inquérito não tinha embasamento adequado e que refletia um crescente autoritarismo do AKP no poder. Independentemente da validade dessa interpretação, o que se notabiliza com esse caso é a diminuição da atuação dos militares mesmo por meio de mecanismos informais, reservando esse expediente para preservar seu prestígio institucional (Yildiz, 2012, p. 34 e 35).

Imbuído com o espírito reformista, o AKP convocou, em 2010, um plebiscito alvejando alterar a Constituição do país, sob o pretexto de fomentar a democratização e a adequação da legislação turca às exigências da União Europeia. Dentre as principais alterações propostas destacam-se a extensão de liberdades individuais - como a proteção à privacidade e a garantia do direito à greve - e a reestruturação da Corte Constitucional, cujo tamanho saltou de onze para dezessete juizes, sendo a maioria apontada pelo Parlamento, o que, na prática, dificulta o banimento de partidos políticos. Ademais, os tribunais civis passariam a julgar militares em determinados casos, bem como os tribunais militares não mais poderiam arbitrar questões envolvendo civis, a menos em

caso de guerra. Naturalmente, o CHP e outros kemalistas reprovaram o plebiscito, contestando a constitucionalidade de diversas emendas contidas no projeto. Ainda sim, o referendo foi aprovado por 58% dos eleitores, ratificando os desígnios políticos do AKP (CNN, 2010).

O triunfo do AKP não se limitou à garantia da estabilidade política e do crescimento econômico, bem como do alijamento das Forças Armadas das instituições políticas turcas. Efetivamente, o partido de Erdoğan auferiu todas as suas conquistas em votações eleitorais. Além dos supracitados pleitos de 2002 e 2007, o AKP saiu vitorioso nas eleições gerais de 2011, nas quais obteve 50% dos votos totais, a maior votação da história democrática da Turquia (BBC, 2011). Seu principal rival, o CHP, atingiu pouco mais do que 1/4 do eleitorado total. Posteriormente, em 2014, o governo procedeu à primeira eleição direta para a Presidência da República, cargo que, até então, era escolhido pelo Parlamento. Nesse embate, Erdoğan alcançou 51,79% dos votos válidos, substituindo seu correligionário Abdullah Gül. Após o anúncio do resultado, o AKP revelou a escolha do Ministro das Relações Exteriores, Ahmet Davutoğlu para ser o novo Primeiro Ministro do país (The Economist, 2014).

#### **4. Conclusão**

A política externa turca desviou seu rumo de maneira apreciável nos últimos anos, com a eleição do AKP para compor a maioria do Parlamento e, por conseguinte, escolher o Primeiro Ministro. Neste trabalho, adotamos a hipótese de que esse fenômeno só se tornou realidade porque a correlação de forças entre civis e militares na Turquia sofreu uma inflexão, afastando as Forças Armadas da política do país, seja através de meios institucionais ou informais. Essa disputa, que se desenrolava no âmbito da política interna, acabou tendo desdobramentos para a política externa, uma vez que os militares endossavam uma diplomacia distinta em relação à que o AKP encampava. Como analisado, essa reorganização iniciou-se ainda em 1999, quando o governo turco decidiu ajustar a legislação do país aos Critérios de Copenhague. Em seguida, como o marxismo e o separatismo curdo já não causavam tanto receio, o AKP aproveitou-se de seu bom desempenho na economia e nas eleições para aguçar sua agenda de reformas e robustecer sua estratégia internacional.

## 5. Referências Bibliográficas

- Altunışık, M. & Tür, Ö. 2005. *Turkey: Challenges of Continuity and Change*, Londres, Routledge Curzon.
- Aydin, M. 2005. Turkish Foreign Policy and the End of the Cold War: Roots and Dynamics, *Turkish Yearbook*, 36, p.01-36.
- Balci, A. & Kardaş, T. 2012. The Changing Dynamics of Turkey's Relations with Israel: An Analysis of "Securization", *Insight Turkey*, 14(2), p.99-120.
- Baran, Z. 2008. Turkey Divided, *Journal of Democracy*, 19(1), p.55-69.
- Baran, Z. et al. 2008. Turkey's Identity and Strategy: A Game of Tri-Dimensional Chess, *Power and Principles: International Leadership in a Shrinking World*, p.02-23.
- Baran, Z. 2010. *Torn Country: Turkey between Secularism and Islamism*, Stanford, Hoover Institution Press.
- Barkley, H. 2011. Turkish Foreign Policy and the Middle East. *Ceri Strategic Papers, SciencesPo*, 10, p.01-13.
- BBC. 2011. Turkey Ruling Party Wins Election with Reduced Majority. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-13740147> Acessado em 29/08/2014.
- Burak, B. 2011. The Role of the Military in Turkish Politics: To Guard Whom and From What?, *European Journal of Economic and Political Science*, 4(1), p.143-169.
- Carley, P. 1997. U.S. Foreign Policy and the Future of Greek-Turkish Relations, *United States Institute of Peace*, 17, p.01-19.
- CNN. Turkey's Erdoğan Hails Constitutional Referendum Win. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/europe/09/12/turkey.referendum/> Acessado em 29/08/2014.
- Göle, N. 1997. Secularism and Islamism in Turkey: the Making of Elites and Counter-Elites, *Middle East Journal*, 51(1), p.46-58.
- Gürsoy, Y. 2012. The Changing Role of the Military in Turkish Politics: Democratization through Coup Plots?, *Democratization*, 19(4), p.735-760
- Hiro, D. 2009. *Inside Central Asia*, Londres, Overlook Duckworth.
- Jenkins, G. 2007. Continuity and Change: Prospects for Civil-Military Relations in Turkey, *International Affairs*, 83(2), p.339-355.
- Kinross, P. 2001. *Atatürk: the Rebirth of a Nation*, Londres, Phoenix Press.
- Kocher, M. 2002. The Decline of the PKK and the Viability of a One-State Solution in Turkey, *International Journal on Multicultural Societies*, 4(1), p.01-20.

- Kuru, A. 2012. The Rise and Fall of the Military Tutelage in Turkey: Fears of Islamism, Kurdism and Communism, *Insight Turkey*, 14(2), p.37-57.
- Lombardi, B. 1997. Turkey: The Return of the Reluctant Generals?, *Political Science Quarterly*, 112, p.191-215
- Mango, A. 2004. *The Turks Today*, Londres, John Murray Publishers.
- Önis, Z. 2009. The New Wave of Foreign Policy Activism in Turkey, *DIIS Report*, 5, p.05-37.
- Özcan, G. 2007. National Security Council, in Cizre, Ü. (ed). *Democratic Oversight and Reform of the Security Sector in Turkey*, Monique, The Deutsche Nationalbibliografie.
- Ozden, K. & Yilmaz, An Attempt at Pseudo-Democracy and Tactical Liberalization in Turkey: An Analysis of Ismet İnönü's Decision to a Transition to a Multi-Party Political System, *European Journal of Economic and Political Sciences*, 3(2), p.189-205.
- Sayari, S. 2000. Turkish Foreign Policy in the Post-Cold War Era: the Challenges of Multi-Regionalism, *Journal of International Affairs*, 54(1), p.169-182.
- The Economist. 2014. Davutoğlu's Moment. Disponível em: <http://www.economist.com/news/europe/21614191-turkeys-new-president-receptayyip-erdogan-picks-loyal-prime-minister-davutoglus-moment> Acessado em 31/08/2014.
- Uzun, B. The Polarization of Turkish Society and Politics: the Ergenekon Affair, *Telaviv Notes*, p.01-05.
- Varol, O. 2012. The Military as the Guardian of Constitutional Democracy, *The Columbia Journal of International Law*, 51, p.03-79.
- Yildiz, U. 2012. Civil-Military Relations During the Period of the Justice and Development Party in Turkey, *Ege Strategic Research Journal*, 3(2), p.21-38.
- Zafar, S. 2012. Turkey's "Zero Problems with Neighbours" Foreign Policy: Relations with Syria, *Journal of European Studies*, p.143-158.